

LITURGIAS CÍVICAS E RITUALIZAÇÃO DO PODER: FUNERAIS DE PRESIDENTES E MEMÓRIA DE TANCREDO NEVES

DOUGLAS ATILA MARCELINO*

Não são muitos os estudos sobre os rituais e liturgias cívicas da história brasileira mais recente, sobretudo se consideradas somente as pesquisas sobre os cerimoniais fúnebres de importantes figuras políticas do período republicano. Praticamente todos os trabalhos existentes centram-se em funerais de personagens mortos durante a chamada Primeira República (SIMAS, 1994; GONÇALVES, 2000; GUIMARÃES, 2006; BONAFÉ, 2008). Esses, entretanto, constituem momentos importantes para a análise das reconstruções da memória nacional, particularmente no caso dos funerais de um presidente da República, quando as atenções dos principais meios de comunicação do país se voltam todas numa mesma direção. A morte e os funerais de Tancredo Neves compuseram um momento privilegiado para esse tipo de análise, pois, aos elementos mencionados, somaram-se as peculiaridades da conjuntura político-institucional, que envolviam não apenas o fim da ditadura militar, mas também o surgimento de enormes expectativas num projeto de reconstrução da República (a anunciada “Nova República”). Naquele momento, portanto, muitas das releituras produzidas sobre a vida de Tancredo Neves acompanhavam-se de interrogações acerca da história do país, colocando em jogo elementos que remetiam à própria definição da identidade nacional.

Tais acontecimentos, por outro lado, podem ser também importantes para refletirmos sobre as mudanças nas formas de representação do poder presidencial ao longo da história republicana brasileira, particularmente no que concerne à conjuntura iniciada no pós-1930, com a chegada ao poder de Getúlio Vargas. Conforme poderemos indicar, os funerais, enquanto eventos que ritualizam as formas de compreensão do poder, permitem pensar também nas rupturas que demarcaram tal conjuntura, particularmente pelas semelhanças entre certos elementos que, dramatizados nos funerais de Getúlio Vargas, apareceriam também nas exéquias de alguns outros

* Pesquisa de doutorado desenvolvida no PPGHIS/UFRJ e financiada pela FAPERJ na forma de Bolsa Nota 10.

presidentes do pós-1930 (como Juscelino Kubitschek, João Goulart e, particularmente, Tancredo Neves). A questão, sem dúvida, mereceria um investimento analítico muito maior do que aquele que se poderá aqui realizar, sendo importante destacar também o caráter inicial das reflexões aqui apresentadas. Antes de aprofundá-las tanto quanto isso é possível, entretanto, podemos fazer uma descrição sumária de alguns dos principais acontecimentos que compuseram os funerais de Tancredo Neves (principal objeto que centraliza as diversas questões aqui apresentadas).

Os funerais de Tancredo Neves

As cenas mais impressionantes dos funerais de Tancredo Neves começaram já na manhã do primeiro dia de solenidades, 22 de abril, com a condução do féretro pelas ruas de São Paulo. Segundo estimativas mencionadas em alguns dos principais jornais do país, dois milhões de pessoas teriam participado do cortejo fúnebre, que demorou duas horas e meia para percorrer o trajeto de aproximadamente doze quilômetros do Instituto do Coração até o aeroporto de Congonhas.¹ Marcado por gestuais simbólicos bastante singulares, como a farta utilização dos símbolos nacionais por parte da população, o enterro de Tancredo Neves contrastava com a sisudez e a discrição presente nos funerais de alguns dos presidentes militares do regime que então se encerrava.² Diferentemente desses casos, nos quais uma meticulosa ordenação cerimonial geralmente procurava contrabalançar a pouco expressiva participação da população, a ritualística de homenagem a Tancredo Neves conjugava um excessivo aparato simbólico de “panteonização” com a informalidade típica das manifestações populares.

Assim, além do grande número de pessoas, os cerimoniais contaram com o maior aparato militar utilizado para homenagear um chefe de Estado e seus restos mortais percorreram o mais extenso trajeto já feito no cortejo fúnebre de um presidente brasileiro, passando por quatro cidades diferentes: São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei. Expressando as reconfigurações da sua imagem que permearam o

¹ “Adeus em São Paulo leva 2 milhões às ruas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 4. “No adeus a Tancredo, dois milhões de paulistas”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 2.

² Segundo *O Estado de São Paulo*, no cortejo fúnebre de Castelo Branco, além de não se perceber a presença de populares, “havia tanto silêncio que somente se ouvia o arrastar dos pés no asfalto”. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 20 jul. 1967, p. 8.

período logo anterior à sua morte, as cerimônias fúnebres conjugavam sentidos intensamente atribuídos à sua figura, simultaneamente representada como um grande estadista e alguém bastante próximo, um herói nacional e um homem comum do interior de Minas Gerais. Aqueles momentosos eventos, nesse sentido, constituíam uma espécie de ápice de um processo simbólico que colocou em jogo também a própria identidade nacional, impulsionando a construção de representações sobre o país com forte grau de identificação coletiva. Interrogar-se sobre as imagens de Tancredo Neves construídas no período e as reelaborações por que passava a memória nacional é um dos principais objetivos desta pesquisa.

De fato, a prolongada agonia do “mártir da democracia”,³ diariamente transmitida pelos meios de comunicação, serviu para acentuar a dramaticidade ganha pelo evento, que contou com cenas inusitadas, como as que antecederam a saída do corpo de São Paulo, prenunciando as quebras de protocolos e as manifestações simbólicas que depois também marcariam os cortejos de Brasília, Belo Horizonte e São João del-Rei:

Na dor e no silêncio em frente ao Instituto do Coração, ouvia-se até um canto de um bem-te-vi (...). Mas o caixão apareceu sobre o carro do corpo de bombeiros e começou a explosão dos gritos, palmas, cânticos, refrões. O povo, em massa compacta, correndo, afastou os batedores e outros carros: tomou, à força, o privilégio de escoltar a urna mortuária por mais de dez quilômetros. Diante do obelisco e do mausoléu do silêncio do soldado constitucionalista, vagas humanas ocupavam todos os espaços, compondo a maior manifestação cívica que São Paulo já conheceu.⁴

Segundo os jornais do período, a multidão que aguardava em frente ao Instituto do Coração se conteve apenas num primeiro momento, passando em seguida a tomar conta de tudo, atravessando as barreiras dos esquemas de segurança, afastando os batedores e ditando, “com sua dor coletiva e sua emoção, seu próprio cerimonial: os carros oficiais foram esquecidos e o caminhão vermelho do corpo de bombeiros foi

³ Várias matérias de jornais e revistas, logo após a morte de Tancredo Neves, se referiram a ele como o “mártir da democracia” ou outros epítetos enobrecedores de sua figura. Ver, por exemplo, a edição histórica da revista *Manchete*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1985.

⁴ “Vagas humanas irresistíveis afastaram os batedores e se juntaram ao carro com a urna funerária”. *Manchete*, 26 abr. 1985, p. 90.

acariciado e protegido”.⁵ A urna mortuária foi acompanhada por um número imenso de populares que, “correndo, andando, cantando, chorando”, a conduziram por mais de dez quilômetros, conformando, segundo a revista *Manchete*, “um cortejo sem precedentes na história do país”. Assim, “nem Getúlio Vargas, que deu um tiro no coração em 1954, nem Juscelino Kubitschek, que morreu num acidente de automóvel em 1976, conseguiram reunir multidão tão grande”.⁶

Após o cortejo de São Paulo, o esquife seguiu para Brasília, onde cenas semelhantes puderam ser observadas. Ali, mais do que nas outras cidades, o cerimonial em sua homenagem remetia à simbologia do poder do Estado, solidificada nas construções arquitetônicas da capital, onde a ritualização política ganhava real significado. Envolto na bandeira nacional, o corpo de Tancredo Neves foi velado no salão nobre do Palácio do Planalto e, no dia seguinte, uma missa celebrada por D. Luciano Mendes destacou sua atuação como “pacificador” do país.⁷ Além da subida da rampa do Palácio (feita nos ombros de cadetes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica), a elaboração de uma réplica da faixa presidencial para ser colocada no corpo inanimado de Tancredo Neves simbolizava seu empossamento na Presidência da República. Por outro lado, as movimentações populares em sua homenagem assumiam o significado de uma retomada de Brasília das mãos dos militares, que passava a ser reivindicada juntamente com outros símbolos nacionais: ao passo que o Palácio do Planalto era, pela primeira vez, aberto ao acesso popular, uma manifestação na Praça dos Três Poderes demandava que a imensa bandeira nacional inaugurada no governo Médici fosse posta a meio-pau para sinalizar o luto nacional.⁸

A morte de Tancredo Neves acontecia num momento em que despontava o que muitos analistas chamaram de clima de “renovação cívica” ou de “retomada dos símbolos nacionais pelos populares”, conforme já tinha se evidenciado no começo do ano anterior, por conta das grandiosas manifestações da campanha pelas eleições diretas. Agora, mais do que nunca, os funerais de um presidente assumiam novas

⁵ “Morre Tancredo, renasce a liberdade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 8.

⁶ “Em toda a história do Brasil, jamais houve um cortejo tão monumental”. *Manchete*, Rio de Janeiro, 26 abr. 1985, p. 92.

⁷ “Na missa, d. Luciano lembra Tancredo como pacificador”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1985, p. 8.

⁸ “Povo de Brasília leva o Presidente ao Planalto”. *O Globo*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 6.

feições, acentuando a conjugação do extremo ordenamento que compõe um ritual fúnebre com a informalidade advinda das emotivas manifestações populares (conforme já se tinha presenciado nas exéquias de presidentes como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek). Eventos como o canto “Um, dois, três, quatro, cinco, mil, Tancredo continua presidente do Brasil!” e o uso pouco solene dos símbolos nacionais são demonstrativos do que também aconteceu no cortejo da capital:

Protegidos do sol por uma imensa bandeira do Brasil, o povo que caminhava na contramão, indo ao encontro do corpo, parou defronte à rodoviária. Eram 14h 5min, a bandeira foi esticada no chão, enquanto se cantava o Hino Nacional. No final, quando alguém quis ensaiar palmas, diluíram-se todos os ruídos e fez-se um minuto de silêncio. A caminhada foi reiniciada, com a bandeira içada no próprio povo. “O povo unido jamais será vencido”; “O povo na rua, a luta continua”, proclamavam em uníssono.⁹

Antes da cerimônia religiosa do Palácio do Planalto, o corpo de Tancredo Neves tinha sido conduzido numa caminhada de mais de quatro horas iniciada no Aeroporto de Brasília, onde foram frequentes cenas de choro convulsivo ou mesmo de desmaios repentinos. Os meios de comunicação afinados com os ideais da Nova República (conforme defendidos por Tancredo, que pregava a passagem à democracia a partir da conciliação, e não do conflito), claro está, aproveitavam o momento para dar maior evidência às atitudes que denunciavam o clima de patriotismo e civismo que marcava aquela conjuntura. Essa era, certamente, a melhor forma de manter vivas as teses esposadas por Tancredo Neves, conforme pode ser visto nas matérias de revistas como *Manchete*, ou mesmo nas cenas selecionadas pelo *Jornal do Brasil*: “a bandeira de 200 metros quadrados que subiu arampa do Congresso no dia da eleição de Tancredo reapareceu ontem em Brasília, conduzida pelos mesmos jovens que, não se sabe ao certo como, conseguem tomá-la emprestada ao Palácio do Planalto”.¹⁰ Depois das solenidades da capital federal, os restos mortais do “presidente eleito” seguiram ainda para Minas Gerais, passando pela capital mineira e por sua cidade natal, São João del-

⁹ “Multidão avaliada em 2 milhões de pessoas que não se contentou em assistir das calçadas”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 1.

¹⁰ “Morre Tancredo, renasce a liberdade”. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1985, p. 8.

Rei.¹¹ Em Belo Horizonte, a agitação popular provocou tumultos e acidentes em frente ao Palácio da Liberdade devido ao empurra-empurra das pessoas que queriam ver de perto a urna mortuária. A confusão levou a viúva Risoleta Neves a discursar pedindo calma aos presentes, o que aumentou ainda mais a aura de heroína que vinha sendo criada em torno de sua figura (como, aliás, já tinha acontecido com Sarah Kubitschek por ocasião da morte de Juscelino).

Após a chegada do esquife em São João del-Rei, as solenidades de homenagem a Tancredo Neves se descolaram da simbologia do poder estatal para adentrar mais intensamente na atmosfera religiosa: ali, o cerimonial da presidência se encerrou e toda a liturgia ficou a cargo da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis, da qual ele tinha sido ministro jubilado. Reeditando um cerimonial já bicentenário na cidade, o corpo de Tancredo Neves foi enterrado no cemitério que fica atrás da igreja da irmandade, onde estavam sepultadas sete gerações da família Neves. Contraditando com o cerimonial de Brasília, aquele foi um ritual projetado para a participação dos familiares e dos amigos, que dariam seu último adeus ao presidente (grau de intimidade que, na pequena São João del-Rei, poderia ser expandido simbolicamente para todos os são-joanenses). A grande quantidade de pessoas presentes para velar o corpo, entretanto, acabou atrasando o desfecho do ritual, transformando aquela que deveria ser uma solenidade mais restrita num cerimonial bem maior do que o planejado. De qualquer modo, toda a liturgia e os elementos simbólicos mobilizados remetiam à proximidade com o presidente eleito, celebrando-se menos o estadista do que o homem comum do interior de Minas Gerais, o membro da família Neves, cujas gerações anteriores já tinham fincado raízes duradouras naquela cidade interiorana. Ali homenageava-se o “Dr. Tancredo”, forma de tratamento que, embora já fosse utilizada anteriormente e remetesse para sua antiga atuação como advogado na região, passou a ser repetida com mais frequência após seu adoecimento, sugerindo um forte grau de intimidade com sua figura.

¹¹ É bom lembrar que Tancredo Neves adoeceu um dia antes de assumir a presidência, após ter sido eleito pelo Colégio Eleitoral. Por isso, optamos por utilizar a expressão “presidente eleito” ao longo do texto (embora inadequada, ela pode servir para indicar que ele não chegou a assumir o cargo).

Os funerais enquanto ritos do poder e da nação

Com o cerimonial de São João del-Rei, as solenidades feitas para celebrar a figura do estadista, do herói nacional, foram complementadas com as homenagens que remetiam mais às imagens do santo e do amigo, sentidos cujo adoecimento e morte de Tancredo Neves tinham tornado muito mais frequentes no noticiário nacional. Na verdade, não havia maior contradição entre aquilo que se tinha verificado na conjuntura anterior aos funerais e o esposado nas cerimônias. Desde fins dos anos 1970, um processo de reelaboração da biografia de Tancredo Neves se encontrava em curso, não obstante as mudanças simbólicas mais efetivas na construção de representações acerca da sua personagem tenham ganhado mais espaço já nos anos 1980. Momentos como aqueles que sucederam sua candidatura à Presidência da República, sua vitória no Colégio Eleitoral e, particularmente, a internação na véspera da posse, constituem marcos fundamentais nos quais imagens de sua suposta heroicidade e santidade se fortaleceram. Do mesmo modo, sua morte e seus funerais conformaram o auge desse processo de construção simbólica, que também colocava em jogo representações acerca da própria coletividade nacional. Reconstituir essas reelaborações da sua imagem e as releituras da história nacional que elas ensejavam, portanto, é um dos principais objetivos dessa pesquisa, que pretende demonstrar como o corpo de Tancredo Neves passou a simbolizar a própria redefinição da nacionalidade, num momento em que os mitos fundadores da nação foram intensamente reelaborados. Retomaremos o tema mais adiante, destacando também diferentes “formas de narrativa” que permitem pensar o fenômeno.

Por ora, cabe mencionar como o estudo de funerais como o aqui analisado pode ser importante para refletirmos também acerca das mudanças nas formas de compreensão da figura presidencial ao longo da história republicana brasileira. Essa é uma dimensão do problema praticamente desconsiderada nos estudos sobre funerais cívicos, que remete mais propriamente aos modos de representação e aparição do poder, mas que pode ser pensada a partir das mudanças que conformaram o presidencialismo brasileiro depois dos anos 1930. Assim, apesar do caráter inicial das questões aqui esboçadas, podemos tomar algumas ideias de Angela de Castro Gomes como base de nossa reflexão, sendo importante destacar de forma sumária alguns de seus argumentos

sobre as mudanças representadas pela figura de Getúlio Vargas no sistema presidencialista brasileiro. Elas servirão de ponto de partida para uma análise mais comparativa sobre os funerais de Tancredo Neves e aqueles de outros presidentes brasileiros do pós-1930.

De fato, segundo Angela de Castro Gomes, o governo de Getúlio Vargas praticamente inaugurou o presidencialismo no Brasil em termos simbólicos, forjando, através de uma forte personalização do poder, uma mística que ultrapassaria aquela que geralmente acompanha o cargo de presidente da República (GOMES, 1998: 532 ss.). Cada vez mais compreendido como “uma encarnação da soberania do povo” e não apenas como uma “delegação” das principais oligarquias regionais, o poder presidencial assumiria traços peculiares, advindos não somente do enorme investimento na figura pública de Getúlio Vargas desde o Estado Novo (com o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP), mas também das particularidades do momento histórico vivido, que favoreciam a construção ideal-típica do grande estadista. Pensada dessa forma, portanto, a construção simbólica em torno de Getúlio Vargas, depois consolidada no governo dos anos 1950 (que, mesmo sem gozar dos instrumentais autoritários anteriores, se alimentaria e auxiliaria na recriação dos mitos que já envolviam sua personagem) pode ser importante para compreender o modo de funcionamento do próprio sistema presidencial brasileiro do período que se iniciaria a partir de então.

É nesse sentido, de fato, que se pode notar a conformação de todo um novo gestual do poder, acentuando a distinção que fundamenta o cargo máximo da República no Brasil, mas agora a partir de uma recomposição que também transformaria o estadista em homem comum, pai de família, íntimo do povo. Essa reconfiguração das dimensões pública e privada do poder, portanto, fundiria aspectos aparentemente contraditórios na figura de Getúlio Vargas, solidificando uma espécie de “intimidade hierárquica”, na qual a distinção do governante se daria pela suposta aproximação com a “índole” do “povo”, e a celebração da alteridade do chefe poderia ser feita através da carnavalização que populariza a sua figura. Não foi por menos, de fato, que Getúlio Vargas tornou-se objeto de várias marchinhas populares e peças de teatro de revista ao longo do segundo governo, demonstrando inclusive que tais características da sua imagem (que popularizavam ainda mais a sua figura) tinham apenas se fortalecido na sua volta ao poder pela via democrática de início dos anos 1950 (GOMES, 1998: 537).

É claro que essa era uma característica marcante de Getúlio Vargas, personagem cuja importância no cenário político nacional pode ser facilmente percebida pelo longo período de permanência no poder. Mas, também é certo que, a partir de então, a figura presidencial seria mais efetivamente compreendida como uma encarnação da “vontade nacional” (entendida a “nação” como uma categoria cujo conteúdo semântico remeteria cada vez mais ao da palavra “povo”, afastando-se do sentido abstrato que, durante muito tempo, pautou seu uso nos estreitos círculos aristocráticos e intelectuais).¹² Ou seja, a figura do presidente como materialização do poder da nação, e não apenas como um representante do poder impessoalizado do Estado, torna-se um elemento mais fundamental e constante da política brasileira. Aliás, a força ganha pela figura presidencial a partir de então, ao mesmo tempo em que fortalece a dimensão privatista-personalizada do poder, é também acompanhada, em certos casos, por um aumento efetivo dos canais de participação política, demonstrando como a relação entre democratização e impessoalidade é mais complexa do que se tem imaginado (GOMES, 1998: 533).¹³

Ainda que manifesta de forma desigual, portanto, a maior personalização do poder presidencial, entendida aqui como a percepção do ocupante do cargo como uma encarnação das aspirações nacionais, torna-se um elemento mais efetivo da política brasileira a partir da figura de Getúlio Vargas. Fruto de uma historicidade, ela demonstra, inclusive, como a suposta “tendência privatista” da política do país (muitas vezes percebida como uma espécie de “desajuste” de nossa formação social) tem que ser compreendida a partir das características peculiares que as recomposições entre público e privado assumem em circunstâncias históricas específicas. Ou seja, a

¹² O tema da formação da nação e da identidade nacional tem se beneficiado de uma riquíssima bibliografia (particularmente no que diz respeito ao século XIX, época da institucionalização da história como disciplina acadêmica). As mudanças semânticas que perpassaram o uso da categoria nação ao longo do tempo, sobretudo fora dos meios intelectuais (que têm sido os privilegiados no estudo do tema), por outro lado, talvez seja um problema que merece um investimento analítico ainda maior, inclusive para um aprofundamento da discussão sobre a formação do nacionalismo como um fenômeno de massas. Tais investimentos poderiam ajudar a chamar a atenção para o caráter histórico da própria categoria.

¹³ As singularidades assumidas pelo presidencialismo no Brasil, conforme destacou Angela de Castro Gomes, não podem ser resumidas à lógica da “manipulação política” das “massas”, como durante muito tempo foi defendido por aqueles que utilizaram a categoria “populismo” (como nos conhecidos trabalhos de Francisco Weffort, por exemplo). É importante notar que não há necessariamente uma contradição entre uma maior personalização do cargo presidencial e o aumento da participação política advindo das mobilizações populares (uma discussão das teses de Weffort pode ser vista nos artigos que compõem a coletânea FERREIRA, 2001).

perspectiva mencionada abre a possibilidade de considerarmos tal elemento como um dos traços singulares da cultura política que se conformaria após o fim da Primeira República e que, sem dúvida, se materializaria nos rituais de encenação do poder a partir de então, inclusive nos funerais de chefes de Estado, como os do próprio Getúlio Vargas.

De fato, uma personagem como Getúlio Vargas que, mais do que qualquer outra até então, encarnaria e materializaria o poder presidencial, o tornando personalizado na figura simbólica de um chefe supostamente sensível como seu “povo”, próximo a ele, que poderia ser “carnavalizado”, também inauguraria formas diferenciadas de honrarias fúnebres. Um presidente que supostamente falava diretamente aos populares, sem intermediários, somente poderia ser carregado pelas mãos destes mesmos populares, que subverteriam o significado inicial dos elementos mais cerimoniosos dos seus funerais (afinal, como estadista, Vargas era também representado como próximo ao “homem comum” e, por isso, nada muito cerimonioso parecia fazer sentido na sua homenagem). Nesse sentido, talvez possamos dizer que Getúlio Vargas (no sentido dos condicionantes sociais e políticos que certamente ultrapassam sua personagem) representa uma figura marcante para pensarmos o início de uma nova cultura política, uma mudança de valores no que concerne às representações do poder: talvez seus funerais sejam indicativos importantes dessa mudança de valores, que depois se mostrariam fartamente presentes em outros casos, como nos funerais de Juscelino Kubitschek, João Goulart e, particularmente, Tancredo Neves.¹⁴

Diferentes narrativas sobre a história nacional

É comum encontrarmos a concepção de que, após a morte de um personagem de vulto histórico, ele entra para a história do país, donde parte-se para encadear os eventos

¹⁴ É impossível aprofundar aqui as semelhanças dos funerais dos presidentes mencionados, mas vale destacar que, em todos eles, a intensa participação popular os transformaria em eventos peculiares, completamente diferentes dos cerimoniais fúnebres da Primeira República, por exemplo. No que concerne à morte de Getúlio Vargas, por outro lado, é claro que os condicionantes políticos que envolveram seu suicídio são também fundamentais para explicar tais especificidades (do mesmo modo que o afastamento compulsório da vida pública pelo regime militar ajudaria a transformar os funerais de Juscelino Kubitschek e João Goulart em importantes manifestações políticas). A consideração desse último aspecto, entretanto, não inviabiliza pensar as mudanças mencionadas.

de sua vida de modo a explicar sua importância na construção da nação (parece sintomático que, após a morte de um presidente, praticamente todos os jornais do país publiquem sua biografia e seus feitos mais importantes em favor do desenvolvimento nacional). É a partir do seu falecimento, portanto, que se acirram as disputas pela sua memória, sendo esse um momento privilegiado para a feitura de biografias e para a tentativa de captar os movimentos da memória nacional. E a entrada da sua memória no plano das lutas simbólicas já começa a se configurar no momento do ritual fúnebre em sua homenagem, certamente uma ocasião cuja influência será importante nas imagens que depois vão vigorar sobre aquela figura histórica. Em casos emblemáticos, como o da morte de Tancredo Neves, tais reelaborações memorialísticas se acompanharam de uma releitura da própria história do país, fundamentado uma retomada dos mitos fundadores da nacionalidade e fornecendo elementos para que narrativas sobre aquilo que caracterizaria o modo de ser dos brasileiros interferissem nas reconfigurações da memória política nacional. Nessa pesquisa, além dos funerais de Tancredo Neves, centraremos nossa análise em três tipos diferenciados de “narrativas” sobre sua morte que colocavam em pauta também uma determinada versão da história nacional.

Uma delas corresponde à análise do programa *O martírio do Dr. Tancredo*, transmitido pela Rede Globo de Televisão na noite do dia correspondente à morte do presidente eleito. Projetando elementos do clima de “redescoberta do nacional” que permeava aquela conjuntura, o *Jornal Nacional* de 21 de abril foi, certamente, um programa planejado com bastante antecedência pela emissora.¹⁵ Retomando imagens intensamente projetadas nas semanas anteriores e conjugando-as com uma retrospectiva que encadeava aqueles eventos de forma peculiar, o programa, ao mesmo tempo em que sintetizava aspectos fundamentais da transmissão televisiva do período, conformava uma imagem do país com forte apelo no imaginário nacional.¹⁶ De fato, as próprias

¹⁵ O programa mencionado pode ser consultado no vídeo *Tancredo Neves - O presidente da democracia*, existente no arquivo “Tancredo Neves” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Classificação: “TN vídeo 005”, fita 2 (0:00:02 - 4:05:47).

¹⁶ A intensiva transmissão pela televisão dos acontecimentos referentes ao adoecimento e morte de Tancredo Neves impossibilita qualquer tentativa de análise mais exaustiva da programação veiculada (inclusive pela dificuldade de acesso ao conteúdo do noticiário diário). Por outro lado, o fato de ter sido planejado com antecedência, mobilizando imagens e narrativas que se repetiram com demasiada frequência na programação dos dias anteriores e nas lembranças posteriores, indica a importância do programa nas reelaborações da memória coletiva acerca daquele fenômeno.

características da televisão como meio de comunicação, ao exigir a elaboração de uma mensagem acessível às pessoas das mais diferentes regiões do país, auxiliaram na construção de uma “imagem mediana”, amparada em elementos que, embora diversos, podem ser facilmente identificáveis como caracteristicamente nacionais. Claramente perceptível, nesse sentido, foi a exploração de imagens do interior do país, por vezes contrastadas com o cosmopolitismo da capital ou de outras regiões metropolitanas, mas sem dúvida acentuando uma representação da nação com uma forte carga emocional e grande capacidade de identificação: imagens de um povo sofrido, humilde, fraterno e resignado somaram-se ao retrospecto dos acontecimentos envolvendo a morte do presidente eleito e fazendo confundirem-se as representações de um sobre as do outro. A imagem de Tancredo Neves apresentada no programa, portanto, assumia uma característica mítica tal como caracterizada pelos estudiosos do fenômeno: à representação do personagem corresponderia toda uma imagem da nação, uma percepção sobre o modo de ser dos brasileiros e daquilo que constitui sua trajetória específica como comunidade nacional (ver GIRARDET, 1987: 68).

Uma segunda forma de abordagem do problema refere-se ao tratamento de uma documentação bastante peculiar. Ao longo dos dias e meses posteriores à morte do presidente eleito, centenas de cartas foram deixadas no seu túmulo por populares, na Igreja de São Francisco de Assis, São João del-Rei.¹⁷ Material tão rico quanto inusitado, tal conjunto documental dificilmente possuirá equivalentes para outros períodos históricos, pelo menos no que concerne às representações de populares sobre uma figura presidencial na conjuntura de seu adoecimento e morte. De um modo geral, ele indica que a maior parte dos autores das cartas mencionadas acreditava na santidade da alma de Tancredo Neves, fazendo dessa uma dimensão importante daquela experiência histórica, inclusive por apontar a fragilidade de concepções que compreendem o campo político como um espaço completamente racionalizado.

O maior interesse do material, por outro lado, remete novamente ao problema da reconstrução da identidade nacional naquela conjuntura. De fato, por um lado, as cartas deixadas no túmulo de Tancredo Neves constituem-se em indícios importantes da persistência de aspectos caros às tradições religiosas brasileiras, como a crença no papel

¹⁷ As cartas aqui mencionadas encontram-se no fundo “Comitê Tancredo Neves” do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

dos mortos e dos santos como protetores dos vivos, que se relaciona às suas supostas possibilidades de interseção junto à divindade e já perpassavam a casa grande no “período colonial” (FREYRE, 1980). Por outro lado, que mais nos interessa, elas remetem à projeção de uma imagem da nação, na qual o mundo dos mortos funcionaria como um lugar de compensação das mazelas vividas cotidianamente por um povo sofrido e injustiçado. O forte sentimento de pertença a uma comunidade nacional construído naquela conjuntura estimulava naqueles que escreviam tais cartas a convicção de que Tancredo Neves, ainda que morto (ou justamente por isso), deveria continuar atuando em favor do desenvolvimento do país. Para muitos daqueles que escreviam cartas à “alma de Tancredo”, no “outro mundo”, ele apenas continuaria a “missão patriótica” iniciada ainda em vida, seja no que concerne ao estabelecimento definitivo da democracia, seja no que diz respeito à melhoria das condições da população ou ao fortalecimento da unidade nacional. Assim, sua “cruzada” pela conciliação da nação poderia ter continuidade, inclusive no que diz respeito à manutenção do sentimento cívico de união que, muitas vezes demandado nas cartas mencionadas, se amparava na percepção de que foi ele o responsável pelo resgate do orgulho de ser brasileiro e pertencer a uma pátria unificada em favor de um destino em comum.

Por fim, nossa pesquisa visa tratar também de uma outra forma de elaboração sobre a identidade nacional no momento que se seguiu à morte de Tancredo Neves. Os acontecimentos de março e abril de 1985, mais do que nunca, ofereciam uma narrativa vigorosa para a literatura de cordel e não é à toa, nesse sentido, que a intensa produção de folhetos sobre o tema tenha levado alguns analistas a identificar aquele como um dos eventos mais tratados pelos poetas populares (CURRAN, 2003: 217).¹⁸ As peculiaridades de uma forma de enredo fortemente marcado pelos traços de uma narrativa heroica, centrada na luta entre o Bem e o Mal, se mostravam em sintonia com os acontecimentos daquela conjuntura, na qual a representação de um personagem arquetípico (tão ao gosto dos cordéis) parecia não contradizer a realidade. Permeada por

¹⁸ Segundo Mark Curran, a morte de Tancredo Neves foi provavelmente o segundo evento da história nacional mais representado na literatura de cordel, perdendo apenas para o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Vale destacar, por outro lado, que estas estimativas são pouco precisas devido ao caráter efêmero da produção cordeliana. Considerando os folhetos sobre Tancredo Neves, o autor Veríssimo de Melo, por outro lado, contabilizou mais de cem obras, não obstante o número total de cordéis provavelmente seja bem mais numeroso (MELO, 1986).

traços de messianismo (CURRAN, 2003), a literatura cordeliana encontrava em Tancredo Neves e na sua morte um novo personagem, que ocupava, assim, um lugar que antes já fora representado, dentre outros, por Getúlio Vargas, cujo suicídio também inspirou uma quantidade impressionante de folhetos (LESSA, 1982: 63-64).¹⁹ Além disso, o papel anti-heroico frequentemente designado pelos cordéis ao “povo brasileiro” (em sua luta cotidiana contra inúmeras adversidades), casava-se com o sentido trágico daqueles acontecimentos, fomentando uma narrativa sobre a história do país igualmente sintonizada com características marcantes dessa forma de “literatura popular”.²⁰ Pretendemos demonstrar, nesse sentido, como a narrativa presente nos folhetos (permeada pelo sentimento de um povo que sofre cotidianamente com a miséria e o desamparo) projetava um sentido trágico à história nacional, compreendida como a luta incessante de um povo por uma liberdade nunca alcançada. As sete cirurgias às quais foi submetido Tancredo Neves forneciam uma moldura fantástica para o “sistema de valores de inspiração religiosa que, baseado sobretudo no catolicismo tradicional” (CURRAN, 2003: 48),²¹ atravessava a literatura de cordel, justificando a identificação e as analogias entre aqueles eventos e as provações do martirologio cristão. Já sua morte em 21 de abril conformava um desfecho final bastante propício àquela forma narrativa, para além de evidenciar uma continuidade na batalha pela libertação nacional, já que o recurso à tópica da “chegada ao céu” de personagens heroicos (que, “lá de cima”, também podem atuar pela redenção do povo) é também uma constante do gênero cordeliano.

Como se pode notar, a pesquisa aqui apresentada se ampara em materiais

¹⁹ Segundo dados mencionados por Orígenes Lessa, folhetos como *Vida e morte de Getúlio Vargas*, de José João dos Santos, e *Vida e tragédia do Presidente Getúlio Vargas*, de Antônio Teodoro dos Santos, teriam tido, na época, uma tiragem de 200.000 e 280.000 exemplares respectivamente. Já um outro autor, Delarme Monteiro da Silva, teria vendido cerca de 40.000 exemplares de um folheto sobre a morte de Getúlio Vargas na própria tarde seguinte ao suicídio.

²⁰ Estamos cientes dos problemas que acerbam o uso da expressão “literatura popular”, que tende a tratar de forma simplificada e dicotômica a divisão entre uma “cultura popular” e uma “cultura erudita”. Vários autores já chamaram atenção para o problema (entre eles, Roger Chartier, que critica a supervalorização do recorte social para a análise dos usos e da difusão dos objetos culturais, e Carlo Ginzburg, que propõe uma análise centrada numa influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura dominante). Torna-se impossível, entretanto, aprofundar aqui esta problemática.

²¹ O autor identifica tal característica sobretudo na literatura de cordel clássica, do tempo de Leandro Gomes de Barros (assim como às suas raízes na tradição literária popular de Portugal e Espanha), mas destaca sua permanência em toda a literatura de cordel do século XX.

diversos, cujas peculiaridades não podem deixar de ser consideradas e que (justamente por isso) acabam por tornar mais difícil sua abordagem num único trabalho. Por outro lado, se essa constitui uma dificuldade que não pode ser desconsiderada, a opção pelo tratamento de tais fontes diferenciadas pode ajudar a revelar aspectos importantes do problema proposto, cujos contornos podem ser aqui novamente destacados: sua abordagem se ampara na percepção de que as conjunturas de morte de determinados presidentes podem se constituir em momentos fundamentais de construção memorialística, conformando-se como importantes marcos a partir dos quais suas memórias entram definitivamente no campo das lutas simbólicas. Além disso, o enfoque em materiais diversos permite chamar atenção para o modo como o campo da memória é ele mesmo perpassado por leituras diferenciadas, sendo objeto de disputas que ultrapassam a “narrativa” que se procura produzir a partir dos elementos que compõem os funerais.

Portanto, além do estudo dos funerais, as disputas em torno da memória nacional poderão ser analisadas considerando esses três diferentes “modos de representação” da morte de Tancredo Neves. Paralelamente, poderemos refletir acerca das mudanças nas formas de compreensão do poder presidencial que tais rituais podem indicar. Enfim, conjugando o estudo de práticas cívicas e formas de ritualização do poder (através dos funerais) com a abordagem de diferentes construções memorialísticas sobre a identidade nacional, pretendemos contribuir para complexificar a análise de um objeto geralmente abordado apenas pela ótica da pedagogia cívica que ele coloca em jogo.

BIBLIOGRAFIA CITADA:

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a República*. Tese de Doutorado. PPGH/UFF, 2008.

CURRAN, Mark. *História do Brasil em cordel*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio

Editora/INL-MEC, 1980.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca de modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 489-558.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, v. 14, n. 25, p. 135-161, 2000.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. A primeira República e as representações de d. Pedro II. In: CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; MACHADO, Maria Clara Thomaz (Org.). *História: narrativas plurais, múltiplas linguagens*. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 143-159.

LESSA, Orígenes. *Getúlio Vargas na literatura de cordel*. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

MELO, Veríssimo de. *Tancredo Neves na literatura de cordel*. Belo Horizonte: Editora Limitada, 1986.

SIMAS, Luiz Antônio. *Florianô Peixoto e o mito de Salvador da República Brasileira*. Dissertação de Mestrado. PPGHIS/IFCS/UFRJ, 1994.